

ALUNOS INFREQUENTES: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DO CEMASP SOBRE OS DIVERSOS FATORES INFLUENCIADORES DA AUSÊNCIA ESCOLAR

Nasson Nascimento dos Passos¹

Glória Cristina Fialho Cabral²

Maria da Conceição Farias da Silva³

Edilane Monteiro Leite⁴

Wagner Barros Teixeira⁵

RESUMO

O objetivo do presente artigo é realizar uma reflexão teórica acerca dos fatores que dizem respeito ao fenômeno da infrequência escolar, a partir da prática profissional de olhares diferenciados de profissionais, que formam a equipe multiprofissional do Centro Municipal de Atendimento Sociopsicopedagógico (CEMASP) da cidade de Manaus. O CEMASP tem como função principal contribuir no enfrentamento da infrequência escolar, além de reduzir o número de Ficha de Acompanhamento do Aluno Infrequente (FICAI) e de melhorar o desempenho acadêmico dos alunos. A metodologia de trabalho se define pela análise dos casos de infrequência, com visitas domiciliares no ambiente familiar dos alunos infrequentes para identificar as causas e os encaminhamentos essenciais para transformar essa realidade e para favorecer a efetivação da garantia da cidadania, do acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diante disso, os diferentes saberes favorecem uma melhor compreensão desse fenômeno, em uma sociedade cada vez mais complexa, com os aspectos biopsicossociais que podem afetar o pleno desenvolvimento do educando, no preparo para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho, conforme posto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Palavras-chave: CEMASP; Garantia de Direitos; Infrequência Escolar.

INTRODUÇÃO

Este artigo relata a experiência da prática da equipe multiprofissional que atua no Centro Municipal de Atendimento Sociopsicopedagógico/Cemasp, setor da Secretaria Municipal de Educação/Semed, na cidade de Manaus. Ademais, a atividade principal é a realização da equipe, com visitas domiciliares aos pais e/ou responsáveis de alunos infrequentes à escola, quando essas faltas não são justificadas por eles. A partir dessa experiência profissional, traçou-se como

¹ Mestrando do Curso de Educação em Ciências da Universidad de La Integración de Las Américas-UNIDA, e-mail: nassonpassos@gmail.com;

² Mestra do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas, gloriacabralcabral@gmail.com

³ Mestranda em Ciência da Educação Del Sol, consulrainha16@yahoo.com.br

⁴ Assistente Social do Centro Municipal de Atendimento Sociopsicopedagógico-CEMASP, SEMED-Manaus, edilanemonteirodasilva@gmail.com

⁵ Doutor em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, wagbarteixeira@hotmail.com

objetivo geral **realizar uma reflexão teórica acerca dos fatores implicantes do fenômeno da infrequência escolar**, para se pensar nas intervenções significativas desse fenômeno tão presente na realidade escolar.

Como metodologia, selecionou-se dois relatos de experiência, de visitas realizadas pela equipe que – após a escuta das famílias, destacando o motivo de infrequência de seus filhos –, orientou sobre a importância do retorno dos alunos à escola, com vista ao pleno desenvolvimento e ao exercício da cidadania. Vale destacar que a equipe multiprofissional utilizou a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI) e o Termo de Compromisso e Responsabilidade – o instrumento legal –, para chegar até as famílias desses alunos. Após a assinatura dos pais e/ou dos responsáveis, compareceram à escola e regularizaram a frequência escolar. Essas visitas provocam, na equipe multiprofissional do Cemas, reflexões importantes acerca dos porquês de tantas crianças e adolescentes se tornar infrequentes à escola, indo além de uma simples vontade de não querer ir à escola.

METODOLOGIA

O caminho metodológico percorrido se baseia em relatos de experiência, com caráter de pesquisa qualitativa. De modo que a execução do trabalho de campo da equipe multiprofissional do Cemas ocorreu, no combate à infrequência escolar, por meio de visitas domiciliares aos pais e/ou responsáveis dos alunos encaminhados pela instituição escolar. O critério para o encaminhamento foi da seguinte forma: o aluno precisa contabilizar cinco (05) dias consecutivos ou dez (10) alternados de ausência na escola, sem justificativas. De posse da FICAI, após agendamento e mapeamento dos endereços prévios, a equipe multiprofissional efetivou a visita domiciliar.

Em contato com a família *in loco*, a equipe multiprofissional buscou identificar o responsável legal do aluno, explicando o motivo da visita de forma afetiva. Posteriormente, escutou os motivos/causas relativos à infrequência escolar, sensibilizando-se com os esclarecimentos apresentados pela família, realizou as orientações pertinentes a cada demanda, enfatizando a importância do retorno e a permanência no âmbito escolar, sob pena de seu responsável responder legalmente perante o Conselho Tutelar. Ao término da visita domiciliar, os responsáveis assinam o Termo de Compromisso e Responsabilidade para comparecerem à escola e prestarem esclarecimento quanto aos motivos da infrequência escolar.

Os dados recentes do Pnad Contínua/IBGE (2019) apontam para um preocupante aumento do número de crianças e adolescentes que estão fora do ambiente escolar. Essa problemática é especialmente evidente na área de atuação do Cemasp, com uma série de fatores contribuintes, interligados a essa situação alarmante. Importa dizer que esses alunos enfrentam uma realidade permeada pela extrema vulnerabilidade social em seus lares, caracterizada pela falta de recursos básicos e apoio familiar, necessários para a continuidade de suas trajetórias educacionais. Além disso, sofrem diversas formas de agressões físicas, psicológicas e, em alguns casos, até mesmo abusos sexuais, criando assim, um ambiente hostil que dificulta significativamente seu acesso e permanência na escola. Ademais, o descaso por parte da família é outro fator crucial que impacta negativamente a vida acadêmica desses alunos, deixados à própria sorte, sem o suporte emocional e a orientação adequada para seu desenvolvimento educacional e pessoal.

Além desses desafios, a presença de familiares envolvidos com o tráfico de drogas ou associados a facções criminosas gera um ambiente de instabilidade e insegurança, afastando esses alunos do ambiente escolar, seja por medo, influência direta dessas redes ou pela falta de estímulo para a educação. Essa complexa realidade evidencia a necessidade urgente de intervenções profundas e multidisciplinares. Portanto, é crucial implementar estratégias que reintegrem esses alunos ao sistema educacional, proporcionando-lhes um ambiente seguro, inclusivo e propício ao aprendizado, com suporte não apenas educacional, mas emocional e social também para possam alcançar seu pleno desenvolvimento.

REFENCIELA TEÓRICO

É imprescindível a todos pensar a educação como um direito inalienável do ser humano, subsidiado em documentos legais de importância ímpar, como no caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nela, um dos artigos versa sobre o direito à educação, como o meio mais efetivo de mudança de mentalidade tanto individual quanto social. Como prerrogativa dessa declaração, refere-se ao direito da educação, em nível de Brasil, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Base Nacional (LDBEN) de nº 9394/96 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de nº 8.069/90.

Essa ideia de mudança está totalmente imbricada à ação humana, ou seja, sempre que se pensa na ação humana, está ciente das consequências, envolvendo todos os aspectos de sua existência. Nessa linha de raciocínio, acrescente-se que,

toda e qualquer ação humana é sempre necessariamente política, pessoal, social e histórica. É nesse sentido, concomitantemente afetiva, cognitiva, social motora, posto que em toda e em qualquer situação, [apresenta-se] como um todo, enquanto sujeitos histórica e socialmente constituídos e, ao mesmo tempo, como constituidores ativos do contexto. [essa ação] está sempre comprometida, [com] consciência disso ou não, [como] um projeto de sociedade (Zanela, 2011, p.225).

Como se pode apreender, as inferências de Libâneo (1994) desvendam que esse projeto de mudança requer um investimento de aspectos pessoais. A exemplo disso, observa-se o de cunho psíquico, em que toda a sociedade se encontra inserida, ao segmento da educação. Até porque a escola ocupa um lugar central, visto que a educação é um direito social. Isto é, a escola faz parte da vida da criança, colaborando para a construção de sua personalidade, mobilizando sua vida psíquica e, conseqüentemente, favorecendo sua escolaridade.

Com base nessas reflexões, ajunta-se as inferências de Duarte (2007) que ressalta a proteção da educação, enquanto bem jurídico, indo além dos interesses individuais, com abrangência nos interesses de grupos de difícil determinação, como as futuras gerações. A autora argumenta que o direito à educação, embora possa ser exercido individualmente, possui uma dimensão coletiva, envolvendo o acesso às tradições públicas preservadas e transmitidas pela ação educacional.

Nesse sentido, a instituição escolar, historicamente, é o ambiente para a educação formal por excelência, no sentido de transformar indivíduos, em cidadãos. Agrega-se a essa reflexão, os estudos de Bock (2009) que analisa o papel da escola na formação da cidadania de todo ser humano, esclarecendo a importância da escola, no sentido de fazer a mediação entre o indivíduo e a sociedade, como responsável pela transmissão da cultura e dos modelos sociais aceitáveis, favorecendo à criança valores mais humanizados. Isso proporciona o aumento da autonomia da criança e a clareza de que pertence a um grupo social.

Ao olhar a realidade brasileira, considera-se uma boa parcela de pessoas, na idade escolar, reconhecendo vários fatores, dentre eles, de direitos sociopolíticos, econômicos, culturais, que interferem diretamente nos aspectos motivacionais dos indivíduos. Isto significa que eles desencadeiam uma realidade muito patente no processo educacional, que é a infrequência escolar bastante complexa, visto que suas causas são multifatoriais, envolvendo o campo sociopolítico, econômico e cultural. Para dirimir essa situação, urge a compreensão desses fatores na busca, ao mesmo tempo, de formas de intervenção para mudar essa triste realidade educacional.

No que diz respeito ao trabalho do Cemasp com vista à minimização da infrequência dos alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino da Semed, na cidade de Manaus, formou-se uma equipe multiprofissional, composta por assistente social, psicóloga(o), pedagoga(o), psicopedagoga(o) e fonoaudióloga(o), sob os direcionamentos de uma coordenação do referido Órgão. Essa equipe realiza visita domiciliar aos pais e/ou responsáveis de alunos infrequentes, sinalizados pela equipe pedagógica da escola municipal, por meio da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI). Em vista disso, esse documento

é um instrumento criado para garantir o direito à educação. Quando a criança ou adolescente faltar uma semana, primeiramente a escola, depois o Conselho Tutelar e por fim o Ministério Público serão acionados para que este direito seja garantido. (Coriman, 2009. p.15)

Como se pode constatar, a escola é a responsável, primeiramente, de averiguar como está ocorrendo a frequência do aluno, antes de encaminhá-lo ao Órgão competente, que – no contexto da realidade de Manaus –, a primeira instância é o Cemasp. Este atua em consonância com o ECA, no que se refere ao artigo 53, estabelecendo à criança e ao adolescente o “direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, [no] preparo para o exercício da cidadania e [na] qualificação para o trabalho”.

Centro Municipal de Atendimento Sociopsicopedagógico/CEMASP: Um Breve Histórico Sobre

O centro Municipal de Atendimento Sociopsicopedagógico (CEMASP) foi criado com a finalidade de enfrentar os desafios educacionais, relacionados às dificuldades de aprendizagem e à evasão escolar. Sua missão central é resgatar alunos com baixa frequência ou em risco de abandono definitivo, contribuindo para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, com vista à redução das taxas de abandono escolar. Ao seguir essa linha de raciocínio, insere-se os artigos 1º e 3º da lei nº1.555, estabelecendo a criação,

Fica criado, no Município de Manaus, O PROGRAMA DE ATENDIMENTO SOCIOPSICOPEDAGÓGICO – PASP, com o compromisso ético e social de contribuir para amenizar os problemas encontrados nas redes municipais de ensino, por meio de ações preventivas e de intervenções específicas das diversas áreas de atuação...As ações relativas ao programa se desenvolverão por intermédio do CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOPSICOPEDAGÓGICO – CEMASP, que fica criada como Unidade Administrativa da SEMED (Manaus, 2011, p.07).

O Cemasp implementa abordagens preventivas de apoio para a garantia do direito das crianças e dos adolescentes a frequentar a escola. Seu compromisso é favorecer um ambiente educacional inclusivo, onde todos os alunos tenham a oportunidade de receber a educação que

merecem. Decerto, a evasão escolar gera consequências além do âmbito educacional imediato, que repercute em custos financeiros para a sociedade, para lidar com a falta de qualificação e oportunidade de empregos. Outrossim, essa situação resulta em perda de produtividade, em aumento de dependência de programas assistenciais e, até mesmo, em um possível acréscimo da criminalidade que um prejuízo social. Com efeito,

os motivos dessa evasão, que levam aos discursos de um cenário de fracasso educacional, refletem também em custos financeiro alto para a sociedade que, ano após ano, acumula-se e multiplica-se. mas um ponto importante que o estudo traz é o custo os prejuízos ao longo da vida de uma pessoa que não termina, pelo menos, o ensino médio (Legore, 2021. p.53).

Isso posto, a infrequência escolar não é apenas um problema do sistema educacional, mas também tem implicações sociais e econômicas de longo prazo. Investir na redução da evasão escolar não só melhora as oportunidades individuais, mas também tem um impacto positivo na sociedade como um todo, reduzindo os custos a longo prazo e possibilitando um ambiente mais próspero e igualitário. Pois, a execução das políticas educacionais na cidade de Manaus enfrenta desafios significativos no cotidiano das pessoas que estão sob a abrangência de atuação do Cemasp. Um dos desafios mais prementes é a desigualdade socioeconômica que caracteriza essa cidade.

Assim, a constituição do Cemasp que é composta de uma equipe multiprofissional – pedagogas(os), assistentes sociais, psicopedagogas(os), psicólogos(os) e fonoaudiólogos(os), na realização assessoramento –, orienta os alunos infrequentes nas escolas municipais. Vale destacar que é essencial exercer uma abordagem integral do desenvolvimento dos estudantes, uma vez que cada profissional traz uma perspectiva única para a compreensão do desenvolvimento do aluno. Uma vez que as/os pedagogas(os) focam nas atividades e nas ações pedagógicas; as/os assistentes sociais consideram os aspectos sociais; as/os psicólogos(os) investigam as atitudes comportamentais, as/os psicopedagogas(os) analisam o processo ensino-aprendizagem e as/os fonoaudiólogos(os) examinam o desenvolvimento da fala, audição, linguagem e motricidade oral.

A presença de diferentes profissionais na equipe permite a identificação precoce das dificuldades encontradas no desenvolvimento ensino-aprendizagem e a implementação de estratégias adequadas de suporte. Cada aluno é único, e uma equipe multiprofissional permite a personalização do atendimento de acordo com as necessidades específicas de cada indivíduo. Isso contribui para a promoção de um ambiente educacional inclusivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho do Cemasp possibilitar constatar um percentual significativo de vulnerabilidade social das famílias visitadas – dentro de uma compreensão limitada e incompleta de seus direitos –, incluindo aqui o direito à educação, com relatos numa comunicação simplista, as justificativas da infrequência, sem refletir acerca dos prejuízos que as faltas escolares trazem a curto, a médio e a longo prazo no desenvolvimento integral de seus filhos.

Ao acompanhar essa lógica de argumentação, Foresti (2023) assinala que a escola é reconhecida como uma instituição social de grande relevância, desempenhando um papel central na proteção de crianças e adolescentes, para proporcionar um ambiente de aprendizado e interações sociais. No entanto, percebe-se que o rompimento do vínculo escolar tem sido um tema relevante na esfera sociopolítica. As conversas sobre a infrequência e evasão escolar são fundamentadas na perspectiva de políticas públicas que defendem a educação como um direito universal de toda criança e adolescente.

Na prática profissional, identifica-se, por meio das visitas domiciliares, os pais e/ou que justificam a necessidade de trabalhar. Por isso, não têm condições de irem à escola para saber da situação de seus filhos, como o caso de uma aluna do 9º ano, na idade de 14 anos. Ela estava sem ir à escola, há 10 (dez) dias, e sequer a mãe tinha conhecimento de suas ausências, até o momento da visita.

É importa dizer que a residência ficava perto da escola. E a mãe acrescenta possuir outros filhos, dizendo não ter problemas com os demais. Pois, ela “saía cedo de casa, e mandava que ela fosse à escola”. “Ela não vai porque não quer, ela sabe da obrigação dela”. Após a realização da escuta, ponderou-se a necessidade de justamente por ser adolescente, do monitoramento mais de perto da frequência, em razão da própria condição da fase (adolescência). A mãe explicou que cuidava dos filhos sozinha – mãe solo –, que precisava trabalhar para a garantia do sustento da casa. Contudo, fora recentemente demitida do emprego e, prontificou-se a ir à escola – após receber o Termo de Compromisso e Responsabilidade –, garantindo que passaria a acompanhar de perto o desempenho escolar da adolescente.

Se por um lado, a necessidade de trabalhar é premente, o dever de garantir zelo pelos direitos dos filhos, é crucial. E não é raro encontrar situações de pais que possuem vários filhos em idade escolar, frequentando escolas distantes, com necessidade de recursos financeiros para

ter meios de custear o transporte. E em situações não menos graves, crianças mais velhas sendo responsáveis por cuidar dos irmãos menores.

Dentre esses casos, encontrou-se uma situação de 04 (quatro) irmãos, sendo o mais velho de 10 (dez) anos, 05 (cinco), 04 (quatro) e 03 (três) anos de idade, estando os três mais velhos ausentes da escola com mais de duas semanas de ausência. Tratou-se de uma visita atípica, visto que parte do percurso foi por via fluvial, onde o endereço das crianças estava localizado em área de ocupação irregular (invasão), numa comunidade conhecida como “Coração de Mãe”, usando-se um bote para atravessar o pequeno lago, que demorou aproximadamente 05 (cinco) minutos. O restante do trajeto, de chão de barro, foi percorrido numa caminhada de 2 km (dois quilômetros), debaixo de um forte sol de setembro – um dos meses mais quentes do ano –, forçando a equipe a fazer paradas, para perguntar sobre o endereço, por estar recentemente residente e domiciliada naquela redondeza de difícil sua localização.

Na casa de construção singela, montada de papelões, compensados reaproveitados e resto de caixotes, estavam as 04 (quatro) crianças esqueléticas e com roupas sujas. A mais nova estava despida, de moque que um integrante da equipe multiprofissional pediu para irmã colocar uma roupa na criança. Era próximo do horário do almoço e, elas falaram estar com fome. Nessa aceção, a criança de 10 (dez) anos de idade foi a interlocutora. Entretanto, todas elas queriam falar ao mesmo tempo. A mãe havia ido ao médico, levando o filho caçula da família. A genitora fica em casa e o pai trabalha, catando latinha, ficando sozinhos quando a mãe precisa sair. Disseram que gostam da escola, porque “a escola é legal”, informando a menorzinha. Uma delas disse: “não fomos à escola porque mamãe não tem dinheiro pra pagar o homem do barco que atravessa a gente”. Nesse sentido, não se deixou nenhum documento, porém, pediu-se à criança mais velha que desse um recado aos pais para entrar em contato por telefone, com a equipe multiprofissional. Em seguida, a escola foi informada da situação encontrada no momento da visita.

Enfim, o objetivo foi explorar a conexão entre a infrequência escolar e a relação por meio de dois relatos advindos de uma equipe multiprofissional, reconhecendo as dificuldades inerentes à compreensão desse fenômeno, que foi considerado um aspecto multifacetado, influenciado não só por experiências e visões pessoais, mas também por diversos fatores contextuais, sociais e históricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática profissional no Cemasp permitiu uma reflexão crítica, acerca do quadro social, vivenciados pela maioria das famílias em vulnerabilidade, impactando diretamente no processo de desenvolvimento educacional de seus filhos. Diante dessa realidade, compete à equipe multiprofissional, acolher e orientar de forma afetiva, com a realização de intervenções, de modo que esse se tranforme triste fato. De maneira que os alunos tenham efetivamente garantido seu direito a educação, visando sua permanência no processo escolar para o pleno desenvolvimento da cidadania.

AGRADECIMENTOS

Expressa-se profundo agradecimento a Deus, pela oportunidade concedida para a realização deste trabalho científico. Sua orientação e inspiração foram fundamentais em cada etapa deste processo de pesquisa e produção acadêmica.

Gostar-se-ia também de estender sinceros agradecimentos à equipe multiprofissional que contribuiu notadamente para este estudo, com seu conhecimento, sua experiência e sua dedicação, fundamentais para a condução das análises e para a compreensão aprofundada do tema abordado.

Ademais, agradece-se imensamente a todos os envolvidos, cujo comprometimento e colaboração foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Sem o apoio e a expertise dessa equipe, esta pesquisa não teria alcançado seus objetivos e contribuições para a área científica.

Que este trabalho possa não apenas agregar conhecimento, mas inspirar também futuras investigações e futuros avanços no campo científico. Novamente, expressa-se gratidão a todos que tornaram possível a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. *et al.* **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BOCK, A. M. B. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14ª. São Paulo: Saraiva, 2008.

COMIRAN, Gisele. **Crianças e adolescentes infrequentes na escola: desafios e limites dos mecanismos protetivos de direitos**. Porto Alegre, 2009. Dissertação de Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL PROGRAMA DE

PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL –MESTRADO. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5084/1/000412891-Texto%2BParcial-0.pdf>/ Acesso em 10/11/2023.

DUARTE, C. S. **A educação como um direito fundamental de natureza social.** Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, 2007. p. 698002E

FORESTI, T. et al.. **Representação Social da Escola: Relato de Um Estudo de Caso Instrumental.** Psicologia em Estudo, v. 28, p. 2, 2023.

LEGORE, A. C. A. ANDRADE, J. J. **O Fracasso Não é Escolar.** 1 ed. Curitiba: Appris, 2021. 23 p.

LIBÂNEO, J. C. **Psicologia Educacional: uma avaliação crítica.** In: Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo. Brasiliense, 2004.

MANAUS. **Decreto Nº 2.755**, de 9 de abril de 2014. Diário Oficial do Município de Manaus, AM, 13 de abr. 2014.

MANAUS. **Lei Nº 1.555**, de 13 de janeiro de 2011. Diário Oficial do Município de Manaus, AM, 13 de jan. 2011

ROSA, A. R., FERNANDES, G. N. A., & LEMOS, S. M. A. **Desempenho escolar e comportamentos sociais em adolescentes.** Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte (MG), Brasil, 2020.

ZANELLA, A. V. **Psicologia Social e escola.** In: Psicologia Social Contemporânea. Petrópolis., RJ: Vozes ,2011.

[https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/webinario-apresenta-acoes-para-enfrentar-evasao-e-abandono-escolar.](https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/webinario-apresenta-acoes-para-enfrentar-evasao-e-abandono-escolar)